

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Atena Editora
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof^a Dr^a Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a. Dr^a. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a. Dr^a. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i>	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i>	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Lívia Cristina Ribeiro dos Reis</i>	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i>	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i>	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i>	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i>	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecio Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i>	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i>	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i>	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i>	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i>	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i>	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i>	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i>	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i>	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i>	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i>	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i>	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i>	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

CAPÍTULO XXI

AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS

**Aline Chalus Vernick Carissimi
Ana Denise Ribas de Oliveira**

AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS

Aline Chalus Vernick Carissimi

Secretaria de Estado da Educação do Paraná - Brasil

Ana Denise Ribas de Oliveira

Secretaria de Estado da Educação do Paraná - Brasil

RESUMO: O trabalho a seguir apresenta um levantamento comparativo e descritivo entre as pautas sindicais de duas entidade representativas dos professores da rede pública de ensino do Paraná, sendo elas a APP Sindicato - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná e o SISMMAC - Sindicato do Magistério Municipal de Curitiba. O intuito é a categorização e análise das principais reivindicações referentes às demandas pedagógicas nas redes de ensino, a partir de análise documental. Entende-se por demanda pedagógica o aporte necessário para a efetividade entre o trabalho do professor e o processo de ensino junto aos estudantes. Dessa maneira importa verificar se reivindicações influenciam nas políticas voltadas as condições de trabalho dos docentes e qualidade da educação. **Palavras-chave:** pautas sindicais; demandas pedagógicas; educação básica

O estudo a seguir apresenta um levantamento comparativo e descritivo entre as pautas sindicais de dois sindicatos de professores da rede pública de ensino do Paraná, sendo eles a APP Sindicato - Sindicato dos trabalhadores em educação do Paraná, que agrega mais de 70 mil docentes da educação básica da rede estadual de ensino do Paraná e o SISMMAC - Sindicato do Magistério Municipal de Curitiba que representa aproximadamente 15 mil docentes da educação básica da rede municipal de ensino de Curitiba.

A categorização das principais pautas referentes às demandas pedagógicas das redes de ensino, foi realizada a partir de análise documental de informações oficiais dos dois sindicatos mencionados, tais como: ofícios e publicações institucionais, como jornais e revistas, para BARDIN (1977, p.47):

Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados.

O período escolhido para a categorização e conseqüente análise da conjuntura educacional percebe o período de 2005-2014.

Neste trabalho importa buscar definir o que seria demanda pedagógica, portanto entende-se que é aquela tem relação direta entre o trabalho do professor, a efetividade das condições de ensinar com vistas ao processo de aprendizagem dos estudantes e a qualidade da educação, para TARDIF (2002, p.128) “o objeto de trabalho dos professores são seres humanos individualizados e socializados ao mesmo tempo. As relações que eles estabelecem com o seu objeto de trabalho são, portanto, relações humanas, relações individuais e sociais ao mesmo tempo”. Dessa maneira, as demandas pedagógicas ou educacionais são essenciais na articulação dos processos de socialização do saber, são inerentes ao trabalho do professor e relacionam-se diretamente à formação epistemológica dos educandos.

As reivindicações apresentadas pelas entidades em torno das demandas pedagógicas revelam em que medida essa categoria (demandas pedagógicas) influencia nas condições de trabalho dos professores, além de despontar a conjuntura da política educacional desenvolvida nas redes de ensino, justamente num momento político em que a Conferência Nacional de Educação (CONAE) edições 2010 e 2014 ocorrem, e também na culminância da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei 13005/2014.

Ao externar suas reivindicações, os sindicatos também pressionam junto às suas mantenedoras, neste caso os governos do Estado do Paraná e a prefeitura de Curitiba para a discussão da política educacional, pois desta maneira a luta sindical abre brecha para uma agenda política em torno da educação pública, que perpassa às questões corporativas rumo à educação de qualidade, assim também afirmam GOUVEIA e FERRAZ (2013, p.125), vejamos:

Existem muitas entradas para o debate sobre políticas educacionais: a legislação, os indicadores de oferta, a ação política dos diferentes atores. Em especial, quando se propõem discutir a política educacional a partir da ação política, a mirada a partir do movimento sindical se apresenta como uma alternativa interessante, tanto em termos da agenda da luta – o que pode revelar os temas conjunturais –, quanto em termos dos espaços institucionalizados ou não para que esses atores influenciem (ou busquem influenciar) a política.

Neste sentido, ao revisar as pautas de reivindicações do Sindicato dos Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC) verificamos no período de 2005 a 2014 que as exigências da categoria abarcada pelo SISMMAC (profissionais do magistério) encontram-se organizadas em documento específico, denominado de pauta de reivindicações. Esse documento é protocolado em forma de ofício anualmente junto à prefeitura de Curitiba, para debate e negociação com a mantenedora. A pauta de reivindicações é elaborada junto à categoria em assembleias específicas para levantamento e aprovação das demandas prioritárias do magistério, elencando as diversas demandas da categoria.

Ao realizar as análises e levantamento de dados pudemos perceber que no período de 2005 a 2014 a demanda em torno das questões pedagógicas, foram identificadas, no documento, com denominação distintas, sendo:

- 1) questões pedagógicas;

- 2) condições de trabalho e questões pedagógicas;
- 3) questões educacionais;

Entre 2005 e 2008 a demanda pedagógica abrangia questões que visavam a melhoria do atendimento e das condições de trabalho dos professores, na educação infantil e ensino fundamental, incluindo suas modalidades: educação integral, especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nessa demanda encontravam-se componentes que podemos classificar em três grandes grupos:

- Formação para professores: formação continuada e assessoramentos nos diversos componentes curriculares, vinculados à carga horária e formato necessários para avanço no plano de carreira; além da reivindicação de oferta de bolsas de estudos em pós-graduação;
- Demanda de aprimoramento curricular: inclusão de temas como relações étnicas raciais e estatuto do idoso;
- Demanda de pessoal e infraestrutura: adequação e ampliação de funcionários e docentes, além de adequação do número de alunos por turma; adequação dos espaços escolares, reformas em prédios, quadras cobertas, implantação de bibliotecas; debate sobre a natureza do trabalho do suporte pedagógico (pedagogos) por meio de oferta de cursos, ampliação do número de profissionais por escola, além de desburocratização da função do pedagogo.

Em 2009 e 2010 as demandas pedagógicas contidas na pauta de reivindicações abarcou as condições de trabalho dos docentes, por hipótese, numa tentativa de articular a ideia de melhoria das questões pedagógicas com a melhoria das condições de trabalho. Sendo assim, a classificação dos blocos ficou subdividida em:

- Cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN);
- Formação dos profissionais do magistério;
- Currículo;
- Número de estudantes por turma;
- Organização do Trabalho Pedagógico;
- Espaços físicos e materiais;

Dessa maneira, a indicação da necessidade de implantação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) 11.738/08 no que tange a ampliação da hora-atividade, é entendida como elemento fundamental para a melhoria das questões pedagógicas. Com destaque para a necessidade de oferta de concurso público, isto porque a defesa da ampliação da hora-atividade tinha relação direta com a ampliação do quadro do magistério.

Itens como formação continuada apresentava também esteve em evidência, principalmente para a necessidade de assessoramento nas diversas áreas do conhecimento, apresentação de um programa de formação continuada com carga

horária previamente estabelecida e articulada com o crescimento na carreira. A necessidade de formação continuada específica para os profissionais que atuavam com os estudantes de inclusão também era uma demanda trazida para debate com a mantenedora.

No questão curricular manteve-se os debates de anos anteriores em torno da inclusão do tema do Estatuto do Idoso e da Diversidade Racial nas diretrizes curriculares do município, além da implantação no calendário escolar oficial da rede de ensino, o Dia Nacional da Consciência Negra.

A readequação da função do pedagogo, como sujeito articulação do processo pedagógico, numa atividade desburocratizada e também diretamente relacionada com a efetividade da ampliação da hora-atividade em ação específica de formação e planejamento junto aos docentes.

A preocupação em torno de um atendimento de qualidade ao estudante da educação especial, também teve espaço nas reivindicações do magistério, uma vez que a compreensão da categoria era de que um melhor atendimento ao estudante, garantindo atendimentos essenciais em salas de recursos, classes especiais e atendimentos suplementares em fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, entre outros, garantiria uma melhor adequação das condições de trabalho.

No bojo da demanda pedagógica articulada à necessidade de planejamento da política educacional encontrava-se a reivindicação da organização e realização da 1ª Conferência Municipal de Educação, para subsidiar a construção do Plano Municipal de Educação.

O dimensionamento de pessoal, foi outro item que apareceu na pauta de 2009 com grande expressão, a categoria solicitava um número de profissionais que fosse adequado ao número de estudantes a serem atendidos por turma, bem como correlacionado ao número de turmas de uma unidade escolar, considerando especificidades como educação integral, educação especial e educação infantil e EJA, além da relação com a necessidade de ampliação da hora-atividade, prevista na lei do piso. Vejamos o quadro de proporção e limite máximo de alunos por sala:

- a) creche (0 a 3 anos), 6 alunos;
- b) pré-escola (4 a 5 anos), 15 alunos;
- c) 1º ao 3º ano, 20 alunos;
- d) 4º ao 5º ano, 25 alunos;
- e) 6º ao 9º ano, 30 alunos.

A discussão em redor dos espaços físicos e materiais, tomavam como referencia respeito às Resoluções Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA) que indicavam a metragem das salas de aulas, conforme o número de alunos, inclusive nos espaços de contraturno.

Além disso a categoria reivindicava a construção de espaços para a Educação Infantil, nas escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's), em acordo com o estabelecido na legislação e adequação ergonômica do mobiliário utilizado pelos alunos. Ainda assim, sugestões envolvendo reformas dos prédios escolares, construção de novos CMEI's, aquisição de materiais didático-pedagógicos

adequados para a Educação Infantil nas escolas, CMEI's e Educação Integral.

Entre os anos de 2011 e 2014 as demandas pedagógicas se concentraram no aporte das questões educacionais, retomando debates e negociações em torno da limitação do número de estudantes por turma, de acordo com a indicação da CONAE 2010, com a garantia de limite máximo de alunos por turma e por professor, concomitante à ampliação proporcional do número de salas e profissionais do magistério, obedecendo à seguinte proporção para a educação infantil:

- 0 a 2 anos – 6 a 8 crianças por professor;
- 3 a 5 anos – até 15 crianças por professor;

Além desse parâmetro também destacou a importância de respeito às Resoluções SESA nº 0318/2002 e 0162/05 que tratam sobre a metragem das salas de aulas, conforme o número de alunos, inclusive nos espaços de contraturno.

A garantia de profissionais do Magistério, sem a utilização de estagiários, em número suficiente, nas escolas que possuem Educação Infantil, respeitada a seguinte proporção:

- Pré I (4/4 anos e 11 meses)
- Pré II (5/5 anos e 11 meses) dois profissionais do magistério em cada turma, por turno.

No debate sobre a educação infantil fica evidente também a luta do sindicato pela garantia do direito constitucional da criança e de sua família à educação Infantil no sistema público de ensino, indicando inclusive estratégias para garantia desse direito, como implantação de um sistema de coleta, atualização e divulgação de dados sobre educação infantil referentes à demanda e oferta de vagas no município.

Além de projeção do fluxo dos estudantes a partir da demanda represada, para o estabelecimento de recursos a serem aplicados anualmente, os quais deverão ser calculados a partir de uma relação diretamente proporcional entre o investimento e a progressão do atendimento.

Avançando para a demanda do ensino fundamental aparecem também as reivindicações em torno da garantia do limite máximo de alunos por sala e a ampliação proporcional do número de salas e profissionais do magistério, conforme deliberação da CONAE 2010, sendo:

- Anos iniciais - 20 estudantes por professor;
- Anos finais - 30 estudantes por professor;

A pauta da demanda pedagógica para o ensino fundamental fundiu-se com as questões da qualidade do ensino e com a política educacional, isto fica evidenciado quando se é apresentada a necessidade de universalização do Ensino Fundamental com oferta de vagas no ensino público com 9 anos de duração, para todas as crianças a partir dos 6 anos, completos até 31 de março do respectivo ano em conformidade com as orientações e deliberação do Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir de desenvolvimento de políticas públicas e medidas que superassem os índices de evasão e repetência, garantindo a permanência e efetiva

aprendizagem dos alunos, inclusive àqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade esperada, estudantes da EJA. Outro ponto interessante destacado foi a necessidade de definição dos padrões mínimos de qualidade, conforme Custo-Aluno-Qualidade (CAQ), de maneira a garantir as condições básicas de trabalho nas escolas de ensino fundamental, de acordo com resoluções do Conselho Nacional de Educação.

Especificidades da educação especial, tiveram grande destaque na pauta do magistério, especialmente reivindicações em torno da formação continuada dos professores que novamente aparecem e destacam elementos como o aprofundamento da compreensão acerca do trabalho com estudantes de inclusão. Ainda quanto essa temática estiveram presentes, entre as reivindicações, a necessidade de construir novas unidades de atendimento especializado, implantação de programas alternativos para atender alunos egressos das escolas especializadas que atingiram a terminalidade específica, previsto na LDB. Além da garantia de atendimento especializado nos Centros Municipais de Atendimento Especializado (CMAE's) com ampliação do quadro de profissionais (psicólogos, profissionais do magistério e fonoaudiólogos). Houve destaque ainda para a garantia de redução de alunos em sala, do Ensino Comum, e quando não fosse possível a necessidade de disponibilização de mais um Profissional do Magistério, com especialização, para fazer o atendimento adequado ao estudante de inclusão.

A inclusão e integração de políticas de atendimento dos estudantes em programas e ações das secretarias municipais de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Fundação de Ação Social e Fundação Cultural de Curitiba, foi outra necessidade trazida para o debate junto a mantenedora, além de discussões coletiva com os trabalhadores acerca do currículo adaptado na educação especial e inclusão.

No ponto a cerca da questão curricular novamente aparecem a necessidade debate e inclusão dos temas como estatuto do idoso e diversidade étnica-racial no bojo das diretrizes curriculares do município, além da inclusão no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro. e rediscussão da proposta de educação integral. Em 2014 entra em debate a necessidade de inclusão do tema de diversidade de gênero também. As discussões sobre o currículo da educação integral, novamente aparecem na pauta da categoria, e em 2011 evidencia-se a necessidade de debate e avaliação da política de ciclos na rede municipal, junto aos trabalhadores da educação e suas consequências na qualidade do ensino.

Questões específicas em torno das condições e direitos do trabalho estiveram presentes no interior do debate das questões educacionais, tais como substituição de licenças dos profissionais do magistério, jornada de trabalho (efetivação do 1/3 de hora-atividade) a todos os profissionais do magistério incluindo os que atuavam na educação especial, além da ampliação do percentual das gratificações e a abrangência a todos os docentes da educação especial, incluindo CMAE's, classes especiais e salas de recurso, isso porque apenas os docentes das escolas especiais tinham gratificação de 50%, enquanto aqueles tinham gratificação de 30% sobre o salário.

Negociações específicas das condições de trabalho trouxeram em 2013 um

debate novo que era o combate da violência e garantia da segurança dos Trabalhadores da Educação, combinando ações que reduzam de forma imediata os elevados índices de violência escolar, bem como e, principalmente, desenvolvimento de políticas públicas que diminuam a desigualdade social na cidade.

A categoria apresenta para o período novas necessidades de espaços e reformas dos prédios tais como a implantação de canchas cobertas em todas as escolas da rede municipal de ensino e construção/ adequação de sala própria para ensino da Arte em todas as unidades de ensino, com pia, demais materiais e espaço adequado para o trabalho com esse conteúdo.

No ano de 2014, especificamente, aparecem novas demandas tais como a garantia de realização de momentos para Conselho de Classe sem aluno, sem estender calendário letivo. Além da garantia dos recessos, sendo 15 dias em julho e 20 dias entre dezembro e fevereiro, a todos os profissionais do Magistério que atuam em CMAE, uma vez que em anos anteriores isso havia sido suspenso, e os profissionais do magistério atuantes nos CMAE's estavam cumprindo calendários diferenciados aos demais profissionais da rede de ensino.

Destacou-se também a solicitação de as legislações de incentivo ao estudo não apresenta-se limite no número de vagas. E por fim, apresentou a necessidade de contratação via concurso público de professores com formação específica para o desenvolvimento de atividades e práticas educativas específicas da educação integral tais como: dança, teatro, práticas ambientais entre outros, além de professores específicos para o ensino de música.

Ao mesmo as reivindicações de demanda pedagógica trazidas pela APP Sindicato, entidade representativa dos professores da rede estadual de ensino público do Paraná, entre 2005 e 2014, foram levantadas a partir de jornais institucionais da entidade⁵ e se concentraram em torno de alguns componentes que foram, neste trabalho, categorizados como:

- Porte das escolas;
- Organização curricular;
- Regulamentação do sistema estadual de ensino;
- Demandas específicas do atendimento dos níveis e modalidades da educação básica: EJA, Educação Profissional, Educação Especial e Educação Integral;
- Implantação de equipes multidisciplinares;

É importante explicitar que nem todos os componentes que foram categorizados como demandas pedagógicas aparecem nos materiais todos os anos entre 2005 a 2014, o que se percebeu, é que muitos deles são apresentados em momentos distintos e não lineares, ou seja, o fluxo dessas demandas não seguem uma perspectiva ano a ano ou em determinados conjuntos de períodos, portanto será apresentado a movimentação de cada componente na pauta obedecendo a trajetória histórica do período.

⁵ Dados coletados no período de 2005 a 2014 a partir do Jornal institucional mensal da entidade denominado "30 de agosto".

O **porte das escolas**, trata-se do dimensionamento/ número necessário de funcionários, professores e diretores escolares que podem garantir o bom atendimento e funcionamento da instituição de ensino, portanto nesse sentido verifica-se sua aparição no rol de reivindicações no ano de 2008, cuja a solicitação era a ampliação do porte; no ano de 2011, o pedido versava sobre a revisão do porte das escolas e nos anos de 2013 e 2014 se concentrou no redimensionamento. De todo modo, o que se buscou quanto ao tema foi a revisão com ampliação do dimensionamento do porte escolar.

Quanto a **Organização Curricular**, em 2009, a APP-Sindicato reivindicava a participação das discussões sobre a concepção e implantação do ensino médio organizado por blocos, isso porque a organização curricular na rede estadual, embora os componentes curriculares seguissem as orientações das diretrizes nacionais para o ensino fundamental, médio e profissional, além das orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9394/96, no que tange ao arranjo da base nacional comum e parte diversificada, o que esteve em debate era a disposição e organização da oferta do ensino médio no regime escolar da rede de ensino, ou seja, em períodos, anuais ou semestrais (aqui denominado de ensino por blocos) cujo um rol de disciplinas era ofertado no primeiro semestre do ano letivo e outro rol no segundo semestre. Desta maneira, a APP reivindicava um melhor debate e avaliação dessa política curricular implementada pela Secretaria de Estado da Educação.

Nos anos de 2013 e 2014, os pedidos em torno da organização curricular se pautavam na necessidade de debate sobre a alteração das matrizes curriculares do ensino médio e fundamental, nesse caso a secretaria de educação buscando uma melhor performance da rede de ensino nas avaliações oficiais de larga escala promovidas pelo governo federal determinou a diminuição da carga horária de algumas disciplinas (educação física, filosofia e sociologia) em detrimento do aumento da carga horária de língua portuguesa e matemática.

No que tange a **Regulamentação do Sistema Estadual** de Ensino, em 2005, a reivindicação versava na necessidade de debate sobre o plano estadual de educação. E nos anos de 2011 e 2012, sobre a necessidade de uma Lei de regulamentação do Sistema Estadual de Ensino.

No que se refere ao **atendimento dos níveis e modalidades da educação básica**, veremos as seguintes reivindicações:

- **EJA:** no ano de 2005, apresenta-se a solicitação de debate sobre a oferta da EJA presencial, e não apenas semipresencial, como vigorava até então. No ano de 2014 a reivindicação era a necessidade de garantia da oferta pública de educação de jovens e adultos em todas as escolas da rede estadual.
- **Educação Profissional:** no ano de 2014 a exigência estava centrada na necessidade na ampliação da oferta da educação profissional no Paraná, nas modalidades de ensino médio integrado e subsequente e PROEJA.
- **Educação Especial:** em 2014 foi solicitada a garantia da oferta da

Educação Especial que se constitui em um conjunto de condições diferenciadas para o atendimento do estudante com necessidades educativas especiais, desde interprete e tradutor de libras, tutoria, atendimento especializado.

- **Educação Integral:** apareceu na pauta de 2014 com a solicitação de implementação da escola em tempo integral que visasse à emancipação humana, com currículo voltado para a formação humana, além da oferta do **atendimento em contraturno** com melhor qualidade e ampliação sendo que fosse assegurado o atendimento pedagógico em contraturno aos (às) estudantes com salas de apoio e recursos para todas as escolas.

Quanto as **Equipes Multidisciplinares**, no ano de 2014, a entidade cobrou a efetivação das Equipes Multidisciplinares no que tange ao cumprimento do debate sobre as relações da diversidade étnica-racial em todos os Núcleos Regionais de Educação (NREs) e em todas as Unidades Escolares, a fim de cumprir os estabelecidos na Lei 10.639/2003, a Lei 11.645/todas referentes a temática da diversidade.

Diante do contexto apresentado ao realizarmos o comparativo entre as pautas de ambos sindicatos, verificamos que elas apresentam reivindicações de direito à educação quando defendem a garantia do direito constitucional da criança e de sua família à educação Infantil, universalização do Ensino Fundamental e bem sobre o atendimento público de qualidade em todos os níveis e modalidades da educação básica.

No período entre 2005 e 2014 o SISMMAC ainda reivindica a 1ª Conferência Municipal de Educação, para subsidiar a construção do Plano Municipal de Educação e a APP Sindicato a Regulamentação do sistema estadual de ensino através de lei, sendo que ambos precisam moderar o Estado e o Município no cumprimento das leis, que visam a qualidade da educação.

Os sindicatos apresentam reivindicações acerca do porte das escolas, número de alunos por turma, conseqüente dimensionamento de pessoal, sendo que a pauta do SISMMAC apresenta e destaca que a contratação aconteça via concurso público de professores e para além da preocupação com efetivação do trabalho dos profissionais do magistério também solicita a garantia de outros profissionais que compõe o conjunto do atendimento dos educandos no município.

Nas questões de currículos existem abordagens distintas, pois na pauta da APP Sindicato as reivindicações são de organização curricular e as do SISMMAC mais centradas nas questões de conteúdo.

O SISMMAC tem uma demanda nas pautas de qualificação da organização do trabalho pedagógico, formação continuada, incentivo ao estudo, qualidade e ampliação dos espaços físicos, tendo em algumas reivindicações Custo-Aluno-Qualidade (CAQ) como parâmetro para garantir as condições básicas de trabalho nas escolas, cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) em relação a jornada de trabalho na ampliação da hora-atividade, que não se faz presente de forma explícita nestas pautas de reivindicações da APP Sindicato, no

entanto é muito provável que estejam elencadas em outras dimensões das pautas dessa entidade.

A pauta do SISMMAC de 2014 apresenta reivindicações em função de perda de direitos, quanto solicita a efetivação dos recessos dos Profissionais do Magistério que estão lotados CMAE (Centro Municipal de Atendimento Especializado) que é garantido em lei municipal e que interferem nas condições de saúde do trabalhador pela especificidade desta atividade e conseqüentemente nas condições de trabalho e qualidade da educação.

As reivindicações dos sindicatos impulsionam a organização do trabalho pedagógico das escolas, buscando por meio de negociação junto aos governos, as políticas voltadas às condições de trabalho dos docentes e cumprimento das leis e efetivação destas, o que implica diretamente na qualidade da educação, de acordo com CHIROQUE (2010, p.3):

Os sindicatos docentes vêm cumprindo papéis relacionados com: 1. condições de trabalho: políticas de contrato e/ou nomeação; defesa de estabilidade laboral; salários e poder aquisitivo; relações laborais; estatuto docente. Ultimamente se inclui o tema da avaliação docente; 2. condições de ensino: qualidade educativa; condições de educabilidade; 3. políticas educativas: gratuidade da educação; privatização do ensino; orçamento educativo e gestão educativa.

Fica explícito nas pautas destes sindicatos de professores da educação pública que tem suas especificidades diferenciadas dos demais sindicatos de trabalhadores da iniciativa privada, por exemplo, porque quando reivindicam as condições de trabalho dos docentes estão na defesa do direito a educação, até mesmo as questões aparentemente corporativas, visam garantir condições de trabalho, para que estes possam efetivar o seu trabalho pedagógico, bem como que todo investimento nos docentes revertem diretamente nas condições de trabalho para efetivar uma educação de qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

CHIROQUE, S.; Sindicato Docente; In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V.; **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**; GESTRADO: UFMG, 2010.

GOUVEIA A. B. e FERRAZ, M.A.; Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p.111-129, abr/jun. 2013

TARDIF, M. O trabalho docente, a pedagogia e o ensino. In: TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.112-149.

Sobre as organizadoras

MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

SANDRA APARECIDA MACHADO POLON Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

Sobre os autores

ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: ale2013oliveira@gmail.com

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

AMANDA MAXIMO SILVA Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: amanda_maximo@hotmail.com

ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

ANA PAULA SOUZA BÁFICA Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: bartolomeu.sousa@gmail.com

CLAUDIA ALVES DA SILVA Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: claudioof@gmail.com

DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: darlucea@hotmail.com

EDNACELI ABREU DAMASCENO Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: ednaceli@yahoo.com.br

EMILLY GANUM AREAL Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

GERMANA COSTA PAIXÃO Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: germana.paixao@uece.br

GILDECI SANTOS PEREIRA Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: gil.bela@hotmail.com

HERCULES GUIMARÃES HONORATO Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

IRANDI PEREIRA Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: irandip@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

JANE RANGEL ALVES BARBOSA. Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

JORGE FERNANDES Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: nelson.arruda@uece.br

JUCELI BENGERT LIMA Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: juceli.bengert@fundaj.gov.br

LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: liviacristinarr@hotmail.com

LÚCIA DE FÁTIMA MELO Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

LUIS CARLOS SALES Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

LUZINETE BARBOSA LYRIO Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

MANOEL ZÓZIMO NETO Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: noadia.pereira@ufu.br

ODETE DA CRUZ MENDES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: patricia.simoese@fundaj.gov.br.

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: raicribeiro@ig.com.br

ROSA ELISA MIRRA BARONE Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

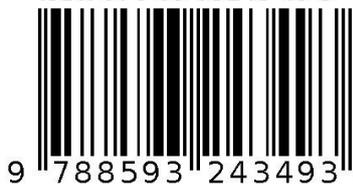
Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: rebarone@uol.com.br

ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: rosecleinarsufmt@gmail.com

SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-49-3



9 788593 243493